

A ANÁLISE DO DOCUMENTO FOTOGRÁFICO ATRAVÉS DAS NORMAS ISAD(G) E AACR2: UMA APROXIMAÇÃO COMPARATIVA.

ANALYSIS OF THE PHOTOGRAPHIC DOCUMENT THROUGH ISAD(G) AND AACR2 RULES: A COMPARATIVE APPROACH.

Ana Cristina de Albuquerque¹
Eduardo Ismael Murguia²

Resumo:

A presente pesquisa abordou o documento fotográfico no âmbito de sua descrição em arquivos e bibliotecas. Teve como objetivo fazer uma possível comparação entre as normas AACR2, utilizadas para a descrição bibliográfica e a norma ISAD (G) que é o conjunto de regras que proporcionam a descrição arquivística. Para tanto, partiu-se do conceito de documento, passando por seu papel nos arquivos e bibliotecas e transitando pela história da fotografia. A partir de então, o documento fotográfico foi visto sob a ótica das duas áreas considerando-se suas diferenças e semelhanças e dando ênfase ao principal elemento de estudo de ambas as áreas: a informação. Sob a luz dos princípios arquivísticos e da teoria do tratamento biblioteconômico, reflete-se sobre a descrição de forma geral e sobre esta quando aplicada a um documento que carrega particularidades e é alvo de debates que repercutem na sua disponibilização para usuários e seu estudo de forma geral.

Palavras-chave: Documento fotográfico; Descrição bibliográfica; Descrição arquivística; Normalização.

Abstract:

This work dealt with the photographic document in the scope of its description in archives and libraries. Its purpose was to make a possible comparison between the AACR2 rules, used for bibliographic description in libraries, and the ISAD(G) rules, which are used to obtain an archivist description. In order to do so, the concept of document was firstly considered, dealing with its role in archives and libraries, as well as with the photography history. The photographic document was then analyzed under the viewpoint of both areas, considering their differences and similarities, emphasizing the main element of study of both areas: the information. In the light of the archival principles and the library treatment theory, it reflects upon description, in general, and about this description when applied to a document which has peculiarities and is used in debates, which reflect on its availability to users and its study, in general.

Keywords: Photographic document; Bibliographic description; Archivist description; Normalization.

¹ Universidade Estadual Paulista (UNESP)

² Universidade Estadual Paulista (UNESP)

1 O CONCEITO DE DOCUMENTO

Nossa pesquisa se inicia com um rastreamento do conceito de documento, a fim de chegarmos ao documento fotográfico. Falar sobre conceito de documento é tentar transitar por entre áreas que, ao longo do tempo, modificaram, ampliaram e restringiram seu sentido, adaptando-o e definindo-o de acordo com suas perspectivas. Ao iniciarmos um rastreamento pelo conceito de documento, nos remetemos às expressões de cultura do homem, em seus diversos sentidos e, desse modo, podemos verificar as áreas que contribuíram para a sua construção. Segundo López Yepes (1997, p.13):

Con la invención del documento y, sobre todo, con sus posibilidades de multiplicación el ser humano satisfacía su tendencia a poner fuera él mismo sus sensaciones y sus ideas y a reproducir los fragmentos de la realidad que le interesaban. Con la permanencia de los documentos más allá del espacio y del tiempo, el ser humano volvía a utilizarlos como fuente de información para obtener nuevos conocimientos y así lograr el progreso de la sociedad. Porque desde su condición limitada, desde la radical imposibilidad de crear ideas *ex novo*, el ser humano tiene la forzosa necesidad de documentarse.

Sendo um ser que cria a cultura a seu redor – um ser cultural – e tem o desejo de transmitir essa cultura – um ser comunicativo – o homem deixa documentados seus atos, assim dando os subsídios para que sua história seja preservada e vista pelos olhos de pesquisadores que tentarão entender como e por que aquele fato registrado aconteceu, onde se relaciona com a história e com interesses diversos, enfim, construir, em volta de um objeto, uma fotografia, ou um rolo de papiro, uma perspectiva que dê elementos a gerações futuras de saber um pequeno ponto do fato retratado. Os suportes usados pelo homem ao longo do tempo nos mostram vestígios e imagens contendo informações que conseqüentemente documentam alguma ação ou algum saber. Para que esses “saberes” documentados sejam utilizados para a produção de novos conhecimentos, os pesquisadores têm como base procedimentos metodológicos que fazem com que novos paradigmas surjam ou que sejam mudados. No entendimento do que é um documento essa mudança também aconteceu, dando espaço para diferentes fontes documentais e renovando seu sentido.

Documento tem muitos sinônimos: “testemunho, fonte, vestígio, marca, sinal”, (VALENTE, 1978, p.177), ou seja, tudo o que o homem construiu e deixou como vestígio pode ser usado com um desses significados.

O termo documento/*documentum* da forma que o entendemos hoje, conforme observa Valente (1978), em sentido global, só se revelou na época contemporânea. Le Goff (1992, p.536), nos explica sua raiz etimológica e já a ampliação de seu sentido a partir do século XIX:

O termo latino *documentum*, derivado de *docere* ‘ensinar’, evoluiu para o significado de ‘prova’ e é amplamente usado no vocabulário legislativo. É no século XVII que se difunde, na linguagem jurídica francesa, a expressão *titres et documents* e o sentido moderno de testemunho histórico data apenas do século XIX. O significado de “papel justificativo”, especialmente no domínio policial, na língua italiana, por exemplo, demonstra a origem e a evolução do termo. O documento que, para a escola histórica positivista do fim do século XIX e do início do século XX, será o fundamento do fato histórico, ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica. A sua objetividade parece opor-se à intencionalidade do monumento. Além do mais afirma-se essencialmente como testemunho *escrito*.

Anteriormente o termo documento era muito utilizado e restringido ao vocabulário jurídico, como, por exemplo, nos fala Bauer (1957, p.354), onde, para este autor documentos são:

aquellos monumentos escritos, con existencia propia e independente, mediante los cuales quedan garantizados los hechos jurídicos, con arreglo a formas determinadas que cambian según la persona, el tiempo, el lugar e el contenido, de tal manera que estos testimonios escritos resultan idóneos para el cumplimiento de fines jurídicos.

Podemos perceber que, enquanto Le Goff dá ao documento um esboço do que viria a ser hoje o seu sentido em nosso entendimento, Bauer o restringe às funções probatórias e jurídicas onde devemos considerar que o direito e a historiografia foram as primeiras áreas a pensar o conceito de documento, pois este é uma das matérias primas de seus trabalhos.

Em sentido amplo, o documento adquire importância e diferenças pelo prisma de áreas distintas. Segundo Foucault (1986, p.05), que usa como modelo as análises de G. Canguilhem, mostra-nos que:

a história de um conceito não é, de forma alguma, a de seu refinamento progressivo, de sua racionalidade continuamente crescente, de seu gradiente de abstração, mas de seus diversos campos de constituição e de validade, a de suas regras sucessivas de uso, a dos meios teóricos múltiplos em que foi realizada e concluída sua elaboração.

Observamos que com o passar do tempo foram-lhe atribuídas diferentes características e elementos às formas de percebê-lo, isto é, ampliando ou restringindo o seu conceito, ou seja, a dinâmica dos acontecimentos sociais influenciaram no entender do que seja um documento (NASCIMENTO, 2002). Essas atribuições foram chamadas de significações e conceitos concretizados em diferentes espaços, aos quais a sociedade lhes atribuiu funções, dando lugar à áreas como a biblioteconomia e arquivologia.

Dentre esses campos de constituição do conceito de documento como anunciados por Foucault (1986), constata-se que, na arquivologia este conceito está atrelado à historiografia e aos significados jurídicos. O conceito de documento de arquivo se mostra amplo no sentido em que é um produto dos atos humanos com funções probatórias, de conhecimento ou testemunho e que se confunde com o próprio conceito de arquivo.

Diferentemente do documento de arquivo, um documento de biblioteca é tratado individualmente e os elementos de seu acervo não precisam ser necessariamente ligados a todos os outros, são independentes, assim como não existe uma “idade” para que os documentos fiquem à disposição do público, num acervo de biblioteca são utilizados constantemente de acordo com a necessidade de seus usuários.

Por outro lado, os documentos de arquivo são um reflexo de funções e atividades do homem, mas não são apenas testemunhos voluntários, são produtos de uma gestão. Não são produzidos com uma finalidade histórica, mas a partir de certas designações e de certo tempo, se convertem em indispensáveis fontes históricas.

Diante desses conceitos dados tanto a documentos de arquivo quanto a documentos de bibliotecas passamos à reflexão de Smit (2000), onde a autora nos chama a atenção para o fato de que a visão tradicional que temos é a de que as bibliotecas guardam seus livros e os arquivos documentos vindos de uma instituição,

mas essa visão tradicional, segundo a autora, cai por terra quando pensamos no documento audiovisual e no documento eletrônico, pois estes estão disponíveis nas duas instituições. Então devemos, segundo Smit (2000), nos centrar na informação e na utilidade dada ao documento dentro de cada instituição, dessa forma afirma:

A diversificação entre as 3 Marias [Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia] existe, mas não deve ser fundamentada nos tipos de documentos, e sim na *função* atribuída à informação pelos diferentes tipos de instituições. Na ótica arquivística a informação fala sobre as instituições, suas atribuições e suas relações com os demais segmentos da sociedade ou pessoas, sendo que na ótica biblioteconômica a informação é um objeto em si [...]. (SMIT, 2000, p. 122).

Portanto, devemos distinguir sim documentos de arquivo e de biblioteca, mas não perder de vista que as instituições têm finalidades diferentes a seus documentos e por isso têm regras e formas de organização também diferentes e a informação é o principal elemento desses documentos, é a peça importante que deve ser tratada e disponibilizada de forma correta para o usuário. E Smit (2000), completa que os diferentes tipos de informações tratadas nas diferentes instituições não devem ser entendidas como “tipos de documentos, mas tipos de utilização da informação”.

Independente de seu suporte um documento de arquivo ou de biblioteca é perpassado pela informação e as duas se complementam, dando ao usuário um quadro completo para sua pesquisa. Nesse sentido, o documento fotográfico cumpre seu papel informacional em bibliotecas e arquivos, sendo utilizado por ambas as áreas de acordo com a finalidade de cada uma, ultrapassando os limites de sua história e servindo á muitas histórias que poderão ser geradas através de sua disponibilização.

2 O DOCUMENTO FOTOGRÁFICO

Para termos uma base sobre o documento fotográfico, necessitamos entender inicialmente como foi a sua história e quais os fatores que influenciam até hoje nossa perspectiva a respeito de seu desenvolvimento dentro da sociedade e no mundo da ciência.

O documento fotográfico está presente em diversas áreas do conhecimento e em algumas se torna um elemento quase que indispensável para pesquisas. É usado para observações de culturas e povos juntamente a diários de campo pela antropologia, para diagnosticar doenças com fotografias científicas no caso da medicina, verificar as mudanças numa cidade, suas construções e urbanização na arquitetura, como objetos de valor histórico pela sociologia e historiografia. Estes são apenas alguns exemplos da importância do documento fotográfico para, junto à textos escritos, ajudar a entender fatos do presente ou do passado.

Desde seu aparecimento a fotografia foi imposta com um caráter documentário, baseado no princípio de prova e realidade que a caracterizam. Seu cerne está ligado a valores probatórios usados pela historiografia e pelo direito. Um documento fotográfico pode ser usado tanto para pesquisas sobre fatos passados e dar subsídios para perceber fragmentos de cenas que apenas narradas seriam imaginadas, como para provar esse mesmo fato juridicamente. Fabris (1991) dá o exemplo da descrição de um crime através de uma fotografia e de esse relato teve importância no julgamento, levando o réu à condenação.

A contribuição da fotografia para a historiografia é tamanha, considerando que desde seu início ela foi vista como uma forma de registrar a realidade e os acontecimentos e, durante seu desenvolvimento e conseqüentemente toda a sua história, esteve totalmente atrelada à cientificidade tanto dos experimentos como de suas imagens produzidas através de processos químicos. No entanto, em alguns momentos a fotografia foi posta de lado como testemunho e foi utilizada apenas com o intuito de ilustrar o que estava escrito.

Historiadores e pesquisadores que trabalham com documentos fotográficos nos dão alguns motivos para a “rejeição” em usar a fotografia como um documento histórico pleno de informações e significados. Kossoy (2001), expõe duas razões para este fato sendo a primeira “de ordem cultural” ou seja, a supervalorização de nossa tradição escrita impediria que se visse a fotografia como fonte confiável de estudos e a segunda seria que:

A informação registrada visualmente configura-se num sério obstáculo tanto para o pesquisador que trabalha no museu ou arquivo como ao pesquisador usuário que frequenta essas instituições. O problema reside justamente na resistência em aceitar, analisar e interpretar a informação quando esta não é transmitida segundo um sistema codi-

ficado de signos em conformidade com os cânones tradicionais da comunicação escrita (KOSSOY, 2001, p.30).

O não uso da fotografia como documento viria, portanto, para Kossoy, de uma tradição livresca e resistência – como se resiste a tudo que é novo – por parte tanto dos pesquisadores como dos usuários. Essa resistência não seria estranha se considerarmos o medo e a insegurança que a imagem fotográfica trouxe em seus primórdios. A opinião de Kossoy pode ser contraposta à justificativa de Miguel (1993, p.122), onde afirma que:

A ausência da utilização da fotografia em seus primórdios como documento decorreu, por um lado, dos limites determinados pelo seu desenvolvimento tecnológico – que restringiam as chamadas fotografias espontâneas e impunham as fotografias posadas, renegadas por historiadores que consideravam meros instantes congelados da realidade, sem valor informativo de prova – e decorreu, por outro lado, da noção de documentos, a que se costuma chamar fontes, imposta pela historiografia tradicional.

As “fontes impostas pela historiografia tradicional” sem dúvida são as escritas citadas por Kossoy. Na historiografia metódica do século XIX, o historiador coletava os documentos geralmente oficiais, verificava, aplicando-lhe regras do método crítico, a autenticidade e os disponibilizava de forma ordenada, ou seja, tomava por verdadeiros os acontecimentos narrados nos documentos, como se tudo fosse mecânico e exato. Apenas recolhia-se documentos sem interpretá-los. As imagens fotográficas eram utilizadas por pesquisadores e historiadores com finalidades totalmente ilustrativas, assim como as pinturas que relatavam fatos históricos, sendo estes considerados verdadeiros e não sendo questionados criticamente, serviam para confirmar o que os documentos escritos diziam. Segundo Leite (2001, p. 146):

A utilização mais freqüente e antiga das fotografias, nos trabalhos de ciências humanas, é como ilustração do texto. A fotografia seria a vitrine, através da qual o leitor pode tomar um contato imediato e simplificado com o texto. Ainda que ocasionalmente tenham inspirado as análises e interpretações apresentadas através do texto escrito, não se lhes pede nada além das dimensões visuais imediatas – traços físicos, indumentária, moda, expressões faciais, fachadas de prédios e outras características externas de coisas, pessoas e grupos. As brechas do texto que a imagem preenche com informações ou representações não são verbalizadas.

Sem serem consideradas objetos informacionais e históricos autônomos, as fotografias não tinham como ser interpretadas com criticidade em relação a seu conteúdo e sim confirmavam e ilustravam o que os textos diziam.

Podemos destacar o fato do desenvolvimento da perspectiva – que “significa olhar racionalizado ou ver claro” (BORGES, 2003, p.27) – e relacioná-lo à idéia de que qualquer imagem que a seguisse seria encarada como verdadeira. Isso dava os elementos à historiografia metódica para confirmar que imagem e realidade eram idéias corretas, Borges (2003, p.23) observa que:

é importante lembrar que muito embora os historiadores afinados com o pensamento da Escola Metódica não tenham dispensado o uso de imagens visuais em suas pesquisas e em seus livros didáticos, sempre supervalorizaram o documento escrito na produção de suas narrativas. O uso da emblemática, saída da filatelia e da numismática, bem como o emprego das pinturas de história ajudaram-lhes a sustentar uma noção de História calcada na idéia de verdade sem mácula.

Mas, sabendo que uma imagem muitas vezes não é o que mostra, sua subjetividade e ambigüidade são fatos que não passam despercebidos, historiadores resolveram usar como documento, segundo Borges (2003, p.28), “apenas aqueles cujas imagens fossem fruto do aprendizado das academias de pintura”, como acima já visto, isto também confirma que tudo o que representa a natureza numa superfície que tenha altura e largura, é a verdade absoluta e incontestável, pois comprovada pela ciência.

A fotografia possuía características que não iam de encontro ao conceito de documento histórico do grupo tradicional na historiografia positivista, sua capacidade de registro aliada à ambigüidade e subjetividade das imagens não permitiam ainda que fosse inclusa no rol de documentos e dependia de uma nova visão sobre o método e o paradigma histórico.

Entretanto, ao final do século XIX várias transformações acerca do pensamento filosófico e científico formulam dúvidas e inquietações a respeito do conceito de documento e acabam abrindo portas para uma crítica à cultura do documento escrito e iniciando um debate que contempla outras fontes documentais, inclusive a fotografia.

Em 1929, um século depois do aparecimento da fotografia, uma profunda crítica da noção de documento começou a ser elaborada pelos fundadores da

revista “*Annales d’histoire économique et sociale*”, Lucien Febvre e Marc Bloch, que viria margeada pela “*Escola dos Annales*”. Tinham como objetivo eliminar o espírito de especificidade, promover a pluridisciplinaridade, favorecer a união das ciências humanas, passar da fase dos debates teóricos para a fase das realizações concretas, nomeando inquéritos coletivos no terreno da história contemporânea (LE GOFF, 1992). Nesse contexto surge o que seria uma nova concepção de história, a *nouvelle histoire* que, associada à *Escola do Annales*, se torna uma corrente inovadora, estudando a história de longa duração ou seja, trabalhando com estruturas particulares e não com épocas (BURKE, 1992). No campo de suas técnicas e métodos a história foi se modificando e, se antes a documentação era relativa ao evento e ao seu produtor, agora ela se torna massiva, serial e revela o duradouro. Portanto, com a *nouvelle histoire*, os documentos passam a ser mais amplos e abrangentes, enfim, qualquer fonte pode ser passível de interrogações sobre o passado.

A história se descentraliza dos grandes feitos e presta atenção aos fatos cotidianos, ao homem comum, à coletividade e comportamentos.

Jacques Le Goff deixa claro através de uma citação de Febvre que deve-se explorar novos caminhos para a pesquisa histórica. Segundo Febvre apud Le Goff (1992, p.351):

a história faz-se com documentos escritos sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais, Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas.

O trabalho da *Escola dos Annales* demonstrou a necessidade da história de trabalhar com diversos tipos de objetos e aí está inclusa a fotografia. Amplamente veiculada pela imprensa, a fotografia entrou de modo definitivo na vida e no cotidiano de todas as pessoas com um enorme poder de comunicação e, principalmente, fazendo com que participemos dos acontecimentos tanto mundiais quanto particulares, sendo usada para criar e fazer a seu modo e com sua linguagem uma memória fotográfica.

3 O DOCUMENTO FOTOGRÁFICO E AS NORMAS ISAD (G) E AARC2

O objeto comum que liga os profissionais da biblioteconomia e da arquivologia e suas instituições são os documentos, matéria prima de seu trabalho e pesquisa. Os documentos fotográficos estão presentes nas duas instituições e, com suas particularidades, são descritos através das práticas de tratamento técnico de uma e outra área da maneira mais completa possível, para que sua totalidade informacional possa ser recuperada.

Desde sua coleta até seu fim último dentro de um arquivo ou biblioteca, o documento fotográfico é analisado e tratado para que seja disponibilizado da melhor maneira. O tratamento dispensado aos documentos em geral passa por fases específicas, sendo uma delas a descrição bibliográfica e arquivística, uma ação que fará a ponte entre o profissional, o documento e o usuário, tornando-se assim uma das fundamentais atividades, no sentido de transformar em informação mediada um item do acervo de biblioteca ou de arquivo.

Para a biblioteconomia, a catalogação é a função que possibilita que o item seja descrito para ser recuperado; igualmente a descrição em arquivos é o fator insubstituível para que fundos documentais sejam também identificados. Cabe aos arquivos e bibliotecas, entre outras funções, que o arranjo e disponibilidade de seus acervos estejam ao alcance de seus usuários. Para que isso aconteça de maneira ordenada e uniforme existem normas e códigos, como o *Anglo-American Cataloguing Rules* – Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2), que dá uma descrição detalhada da obra com o intuito de torná-la única no acervo e a *General International Standard Archival Description* – Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD (G)), que descreve os documentos respeitando a tradição arquivística e impondo regras para uniformizar o trabalho, os quais permitem aos profissionais da área conseguir executar suas atividades nos seus respectivos ambientes de trabalho.

O produto final no qual resulta na representação dos documentos é a ficha catalográfica e os catálogos para a biblioteconomia. A ficha catalográfica, seja manual ou on-line, é o catálogo mais utilizado pelos bibliotecários. Nela, as informações são padronizadas de acordo com as regras e normas de catalogação e possui três níveis, que gradativamente aprofunda a descrição do item. Há tipos diferentes de fichas, como por exemplo, a *topográfica* ou de *registro*³, no entanto, o

³ Ver Dias (1967) e Mey (1995a).

catálogo *bibliográfico*, de *identidade* ou de *autoridade* “registra, sumariamente, os dados biográficos e bibliográficos de autores ou nomes pessoais dos quais a biblioteca possua obras”. (DIAS, 1967, p. 15). Esse tipo de catálogo (ficha) é muito importante por relacionar todas as obras numa biblioteca. Seguindo os autores Lehnus (1977), Mey (1995a; 1995b) e Dias (1967), vamos enunciar os dados contidos numa ficha catalográfica.

Para a arquivologia, são os instrumentos de pesquisa que vão auxiliar os usuários e o próprio arquivista em relação aos materiais disponíveis. Segundo Bellotto (2004), esses instrumentos de pesquisa podem ir dos mais abrangentes como guias, quadros de fundos, relações, etc., aos mais específicos como os inventários, catálogos, índices, catálogos seletivos e edição de fontes.

Usaremos o termo “instrumento de pesquisa” de acordo com Bellotto (2004), que nos explica que esta denominação vem do francês *instruments de recherche* ou *instrument de travail*, também utilizada pelos espanhóis como *instrumentos de trabajo* ou *instrumentos de descripción* e na língua inglesa a denominação é *finding aids*.

Os instrumentos de pesquisa são as vias que permitirão que a informação chegue aos pesquisadores. De acordo com Bellotto (2004, p. 180):

Os instrumentos de pesquisa são, em essência, obras de referência que identificam, resumem e localizam, em diferentes graus e amplitudes, os fundos as séries documentais e/ou as unidades documentais existentes em um arquivo permanente.

Além dos instrumentos elaborados para os usuários, há os de uso exclusivo dos profissionais, próprios para orientar na organização interna do arquivo.

Um ponto a ressaltar, é a “área de contextualização” na ISAD (G). Essa área indica o nome do produtor, história administrativa e/ou bibliográfica, história da custódia, ou seja, elementos que contam a história do documento e de sua época e dão uma visão geral do que o pesquisador terá em mãos. Devido ao caráter mais sucinto do AACR2, essa contextualização não é feita e nem mesmo necessária em alguns casos. Essas observações, no caso de documentos fotográficos ou de outros tipos de documentos que têm mais complexidade, podem ser feita através de dados de sua publicação ou origem e na área das notas.

De acordo com Heredia Herrera, as denominações das áreas, em alguns casos da ISAD (G) são ambíguas, como a área de contexto, ou equívocas, como a área de identificação. Na identificação, o objetivo é dar todas as informações possíveis sobre os documentos que estão sendo descritos. A forma de se conhecer um documento de arquivo, segundo a autora, é através de sua origem, que está na área de contextualização, e não através de seu título, que, no caso do documento de arquivo pode ser arbitrário. Segundo Heredia Herrera (1991, p. 07):

Las denominaciones de las Áreas en algunos casos, como es el caso de “Área de contexto” son ambiguas y otras equívocas como es el caso del “Área de identidad” que tendría que ser de “Identificación”, por cuanto teóricamente a través de ella pretende darse la información esencial de aquello que se describe y la esencia de los documentos de archivo no es otra que la vinculación a su origen, que de ninguna manera podrá materializarse a partir de un simple “título”, que, como tal, puede ser hasta arbitrario.

Podemos definir, baseados nos autores Bellotto (2004), Heredia Herrera (1991) e Hagen (1998), que semelhanças existem entre as duas normas como:

- que seja numa ficha catalográfica, que é a materialização das informações retiradas do documento em uma biblioteca, ou num instrumento de pesquisa arquivístico, elaborado a partir de níveis hierárquicos do próprio arquivo, têm o mesmo objetivo de divulgar, de ser a ponte entre o acervo e o usuário e de passar informações corretas e eficazes a seus pesquisadores;
- as duas normas trabalham com a informação registrada;
- os elementos físicos ou intelectuais em uma ou outra norma são descritos tentando extrair ao máximo informações exatas e objetivas;

São alguns elementos presentes nas duas normas. Com o documento fotográfico, o público alvo muda, a finalidade do documento dentro da instituição pode não ser a mesma, mas o trabalho com a informação é obrigatório. Algumas diferenças seriam:

- os documentos em uma biblioteca são resultados de uma preparação para serem divulgados e tratados bibliograficamente, enquanto que, em um arquivo, são resultado de uma atividade e de uma ação, são conjuntos de documentos que não

podem ser separados e apenas serem identificados por assunto ou autor, pois têm toda uma contextualização e controle do próprio arquivo que dão sentido à sua existência;

- o documento fotográfico, em uma biblioteca, é uma coleção, em um arquivo, é um fundo ou parte dele, mas, enfatizando mais uma vez, estão nas duas instituições com funções por vezes semelhantes, preservar a memória de uma instituição ou personalidade, divulgar, servir à pesquisas, e mostrar um fragmento de fatos passados;

- numa biblioteca, a busca pela informação geralmente é mais específica. Num arquivo, documentos têm uma relação de encadeamento, o trabalho então passa a ser mais amplo.

Com o intuito de visualizar as informações acima, foi elaborado o seguinte quadro:

	ARQUIVO	BIBLIOTECA
Níveis	Centrado na tipologia documental	Centrado no usuário
Autoria	Gênese, origem, unidade produtora.	Responsabilidade individual
Título	Do fundo	Da obra
Descrição física	Pouca ênfase	Evidente
Interpretação	Ênfase no contexto	Ênfase no conteúdo
Interfaces	Instrumentos de pesquisa	Ficha, seja manual ou eletrônica.
Tratamento	Serial	Individual
Disponibilidade	Centrada na fonte	Centrada no usuário

Quadro 1 - Visualização das áreas em arquivos e bibliotecas.

Aqui temos algumas observações acerca das proximidades e diferenças das normas bibliográfica e arquivística. Estas normas, respeitadas e seguidas por cada instituição e área são muito parecidas em um ponto: por vezes, são adaptadas para melhor atender às necessidades do usuário e do tipo de material que está sendo descrito, mas, sempre preservam o fator principal, que é extrair ao máximo as informações pertinentes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da história da arte, da antropologia, da historiografia, a fotografia caminhou entre retratos, cartões postais, fotografias de identificação, documentárias, retratos de família. A sua história está intrinsecamente ligada à história do mundo contemporâneo. Além disso, desperta aspectos que nos remetem ao afeto e ao apego, pois uma fotografia é a elaboração do fato vivido. Através de um saber e de uma ordem técnica é realizada uma representação do real e essa representação nos faz pensar, por vezes, apenas na magia da imagem. No entanto, sua materialidade é a prova de que a fotografia se traduz em um documento como outro qualquer, com durabilidade limitada e aspectos técnicos e formais. Quando uma fotografia passa a figurar numa instituição são acrescentados outros valores e ela se transforma em um documento.

O documento fotográfico desempenha um importante papel na preservação de atividades cotidianas, políticas culturais e sociais e nos faz olhar o presente e o passado de forma que podemos entendê-los sob nossa ótica e sob a ótica de nossa época. Nesse sentido, se aproxima do conceito probatório do documento de arquivo.

Com a abertura para fontes documentais diversas, as iconográficas ganharam mais espaço nas pautas de discussão, que levaram também à reflexão do papel da fotografia em unidades de informação, aqui, especificamente, em arquivos e bibliotecas.

Essas instituições, que também ao longo de sua história foram adquirindo diferentes sentidos para sua existência, começaram como um “depósito” único para documentos de diferentes formatos e fontes e, quando se separaram, deram lugar a definições centradas no tipo de material que acumulavam.

As bibliotecas, com seus manuscritos e obras raras e de todos os lugares, permitem uma viagem pelo tempo, pela ficção e pela história. Permitem que todas as informações que estão dispostas suas prateleiras, sejam fontes inesgotáveis de produção de conhecimento para seus usuários. Em uma biblioteca, obras de diferentes autores e lugares são acumuladas com função cultural e informacional.

Os arquivos, com seus documentos produzidos por um órgão público, o acervo de uma instituição privada ou de uma personalidade, permitem que entremos na história, permitem também uma viagem, mas uma viagem com destino às ações

e aos feitos de pessoas e instituições, com documentos interligados e relacionados pelo fio condutor de suas origens.

As diferenças entre um arquivo e uma biblioteca se acirram quando atentamos para o suporte que cada um coleta, mas se nos concentrarmos nas informações que estes estão incumbidos de guardar, tratar e transmitir, perceberemos que é o fator essencial para nossas pesquisas.

Diante dessas instituições e em cada uma delas está o documento fotográfico, que está presente com a similaridade da informação e por uma característica fundamental: seu significado muda com o passar do tempo. Esse processo de mudança é difícil para o estabelecimento de fases, pois, às vezes, de forma radical, a relação entre foto, referente e intérprete muda, como por exemplo, um retrato de família do século XIX se transforma em um documento de caráter social, em que é possível estudar usos e costumes da época.

As instituições têm de lidar com esse fato e para o tratamento propriamente dito do documento existe uma ordem. Normas e regras que sistematizam processos sejam manuais ou on-line, delimitam parâmetros para a realização do que chamamos de tratamento documental. Os tratamentos dos documentos se refletem no processo de catalogação e de descrição arquivística.

Nas bibliotecas, o código AACR2 se encarrega juntamente com as ISBDs de ditar as regras para a descrição de um documento. O AACR2 tem áreas onde é possível descrever todos os tipos de materiais e é a ferramenta usada pelos bibliotecários para realizar a descrição bibliográfica.

Com a automação das bibliotecas, o intercâmbio de informações se tornou uma necessidade, pois a demanda de materiais crescia rapidamente. Com o objetivo de facilitar, diminuir o tempo de trabalho e compartilhar informações, o MARC 21 é elaborado como um formato pronto a aceitar em meio eletrônico as informações padronizadas pelo AACR2.

No campo da arquivologia, a normalização de regras para elaboração de instrumentos de pesquisa se resume na ISAD (G). Esta norma internacional tem os elementos e campos necessários para que o arquivista realize seu trabalho com maior facilidade, de forma padronizada, além de também permitir uma definição de planilha para formatos eletrônicos.

A internacionalização das normas é o fator determinante para que sejam compartilhadas e, de modo geral, sejam entendidas e utilizadas pelos profissionais

de diversas partes do mundo, dando a possibilidade de pesquisas e informações sem necessariamente estar no lugar onde os documentos se encontram. E é a peça principal para a automação dos sistemas de informação.

Podemos exemplificar aqui os estudos acerca da catalogação de documentos fotográficos e da descrição dos mesmos, onde temos algumas opiniões de autores e experiências de profissionais que mostram como são utilizadas as normas. Exemplos como Smit (2000), Moreiro González (2003), Manini (2002), o centro de documentação da UNICAMP, Museu Paulista de São Paulo, Funarte, etc, mostram, tanto em estudos teóricos como práticos, como podem ser utilizados os recursos que os códigos contém, e qual o melhor modelo para cada instituição descrever o documento fotográfico.

A partir do estudo e contraste desses códigos, nos foi possível observar, durante essa pesquisa que a questão da descrição de documentos é bem mais discutida na biblioteconomia, talvez por serem mais antigas as regras. Na arquivologia encontramos poucas referências a respeito do assunto. Nesta área, as regras são bastante discutidas, mas ainda faltam na literatura estudos que prezem por outros tipos de material. Porém, bibliografia sobre o documento fotográfico é mais encontrada na biblioteconomia, com pesquisas já desenvolvidas na área.

A lacuna para as duas áreas é a discussão propriamente dita sobre os diversos tipos de documentos que temos à disposição. Falta uma discussão mais aprofundada não apenas sobre o documento fotográfico, mas também sobre os cartográficos, tridimensionais etc., que satisfaça no sentido de dar alternativas para seu tratamento.

Os dois códigos têm áreas parecidas, cada um atendendo a suas necessidades consegue que o documento fotográfico seja descrito para conseguir uma recuperação eficiente por parte dos usuários. Uma diferença latente encontrada é no fato de a biblioteconomia ser extremamente sucinta em suas descrições e a arquivologia precisar de mais elementos contextuais. É explicável pelo fato de os documentos de arquivo seguirem as regras de respeito à sua origem e precisarem ser contextualizados e relacionados dentro do acervo.

Percebe-se também, em alguns autores que os códigos são adaptados aos documentos fotográficos, pois este não deixa de ser diferente das fontes tradicionais de informação.

A respeito das diferenças no acervo e suporte, no caso do documento fotográfico o que fica muito explícito é a função e o uso da informação que será descrita, determinada pelo seu uso dentro da sociedade, pela determinação para a instituição adequada e pela função que esta dará ao documento.

A fotografia é um meio tecnológico de criação e reprodução de imagens. Pelo fato de ser determinada por essas condições materiais de produção, ela desenvolve conseqüentemente, sua própria linguagem expressiva. Isto é, forma e conteúdo se imbricam de forma inseparável. Por esses motivos, a fotografia, por um lado, apresenta condições únicas que determinarão seu tratamento em unidades de informação. De maneira que, seja em um arquivo ou em uma biblioteca, ela sempre apresentará os mesmos traços constitutivos.

A questão em cerne é que existem antes dela instituições como arquivos e bibliotecas que são milenares, e que as práticas de tratamento foram desenvolvidas e criaram avaliações próprias. Cabe ressaltar que esses fazeres tradicionais materializados, neste caso em códigos, obedecem a reflexões e teorias de entendimento do que seja um documento para essas instituições.

Esta questão, muitas vezes despercebida, é determinante no tratamento. Concluimos, baseados no desenvolvimento e apresentação do tema, que os códigos são incompletos no sentido de que um prioriza a síntese e o outro negligencia o aspecto formal. Seria necessário pensar na possibilidade de um código único para o documento fotográfico a ser usado em todas as unidades de informação.

A produção fotográfica é próxima da produção documental arquivística. A fotografia, como o documento arquivístico, existe graças a uma fonte emissora da qual provém – seja pessoa ou instituição. E, com pouquíssimas exceções, a fotografia, da mesma forma que o documento arquivístico, será sempre formada por séries ou conjuntos, situação hoje muito mais evidente com a fotografia digital, ou seja, a produção massiva de fotografias fará com que o tratamento seja feito de acordo essa produção. A fotografia é o produto de um processo no qual o contexto também é determinante.

Porém, o documento fotográfico é muito presente nas duas instituições e estas têm de pensar e trabalhar em cima de técnicas para o seu tratamento.

A biblioteconomia e a arquivologia são atividades profissionais que, apesar de serem parte da mesma base, a Ciência da Informação, são distintas em funções e em objetivos. Talvez, a melhor contribuição desse trabalho seja a referência das

duas atividades reunidas lado a lado, servindo para os profissionais de cada área conhecer mais um pouco sobre elas. Smit (2000, p.28), aponta enfaticamente quando se refere às 3 Marias que esta é “uma família na qual cada irmã ignora em boa parte a atuação profissional, os princípios teóricos e as metodologias de trabalho das demais”. Sendo assim, a presente pesquisa favorece uma reflexão sobre os códigos de catalogação e descrição, no sentido saber o porquê de suas regras e métodos de descrição. Entretanto, não pode ser encarado como um trabalho conclusivo sobre a descrição de documentos fotográficos, mas sim como subsídio para novas reflexões.

REFERÊNCIAS

BAUER, Wilhelm. **Introducción al estudio de la historia**. 3.ed. Barcelona: Bosch, 1957. 626p.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004. 318p.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História e fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 132p.

BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992. 354p. (Biblioteca Básica).

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G)**: norma geral de descrição arquivística. 2.ed. Rio de Janeiro, 2001.

DIAS, Antonio Caetano. **Elementos de catalogação**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Bibliotecários, 1967. 112p.

FABRIS, Annateresa. (Org.) **Fotografia**: usos e funções no século XIX. São Paulo: EDUSP, 1991. 298p.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986. 239p.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. **Ciência da Informação**, Brasília, v.27, n.3, p.293-299, set./dez. 1998.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **La Norma ISAD(G)** – análisis crítico. Associação de Arquivistas de São Paulo. Disponível em: <<http://www.infolac.ucol.mx/documentos/isad.pdf>>. Acesso em 22 jan. 2006.

_____. **Archivística general: teoría y práctica**. 5.ed. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1991. 510p.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & história**. 2.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. 63p.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: **História e memória**. 2.ed. Capinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992. 553p.

LEITE, Miriam L. Moreira. **Retratos de família: leitura da fotografia histórica**. 3.ed. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2001. 189p. (Texto e arte; 9).

LENHUS, Donald J. **Manual de redação de fichas catalográficas isbd(m)**. Rio de Janeiro: Brasilart Editores, 1977. 75p.

LÓPEZ YEPES, José. Reflexiones sobre el concepto de documento. **Scire**, v.3, n.1, p.11-29, Ene./Jun. 1997.

MANINI, Mirian Paula. **Análise documentária de fotografias: um referencial de leituras de imagens fotográficas para fins documentários**. 2002. 226f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes, São Paulo, 2002.

MEY, Eliane Serrão Alves. **Introdução à catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995. 123p. (a).

_____. Considerações (prequiosas) sobre a prática da catalogação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v.19, n.2, p.127-136, jul./dez. 1995. (b).

MIGUEL, Maria Lúcia Cerutti. A fotografia como documento: uma instigação à leitura. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, v.6, n. 01/02, jan./dez., 1993.

MOREIRO GONZÁLEZ, José Antonio; ARILLO, Jesús Robredano. **O conteúdo da imagem**. Curitiba: Editora da UFPR, 2003. 134p.

NASCIMENTO, Lúcia Maria Barbosa do. **A dimensão diplomática do documento jurídico digital**. 2002. 180f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2002.

SMIT, Johanna W. O profissional da informação e a sua relação com as áreas de Biblioteconomia/Documentação, Arquivologia e Museologia. In: VALENTIM, Marta Lúcia Pomim (Org.). **Profissionais da Informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000. 156p. (Palavra-chave;11).

VALENTE, José Augusto Vaz. Acerca de documento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, n. 11, v.3/4, p.177-198, jul./dez., 1978.